

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



AS POLÍTICAS CURRICULARES DE GÊNERO NO ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE CODÓ – MA (2015 – 2020)

Suly Rose Pereira Pinheiro¹

Francisca Emanuelle Costa de Moraes²

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada no município de Codó-MA, cujo objetivo foi identificar a existência das políticas curriculares de gênero para o Ensino Fundamental - Anos Finais entre os anos de 2015 a 2020. Com base na pesquisa documental, Projetos Políticos Pedagógicos - PPP das escolas que constituíram o campo de pesquisa, constata-se a invisibilidade das questões de gênero nas propostas analisadas, realidade que estabelece a necessidade de inserção dessa discussão nas propostas curriculares no Ensino Fundamental. A partir das análises elaboradas nos PPP, bem como nos referências bibliográficos, tem-se como pretensão, contribuir com os estudos de gênero na perspectiva de construção do entendimento de que a educação é um lugar de confluências de lutas por igualdades e negação de desigualdades. A não existência do debate de gênero em marcos regulatórios, pode viabilizar a construção de uma sociedade conservadora.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Gênero. Educação.

ABSTRACT

This article presents results of a research carried out in the municipality of Codó-MA, whose objective was to identify the existence of gender curricular policies for Elementary School - Final Years between the years 2015 to 2020. Based on documentary research, Pedagogical Political Projects - PPP of the schools that constituted the research field, the invisibility of gender issues in the analyzed proposals is verified, a reality that establishes the need to include this discussion in the curricular proposals in Elementary Education. Based on the analyzes carried out in the PPP, as well as in the bibliographic references, it is intended to contribute to gender studies in the perspective of building the understanding that education is a place of confluence of struggles for equality and denial of inequalities. The non-existence of the gender debate in regulatory frameworks can enable the construction of a conservative society

Keywords: Pedagogical Political Project. Gender. Education.

¹ Professora da Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Doutora em Educação. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas, Debates e Extensão sobre Movimentos Sociais e Questão Social - GEMS-QI

² Estudante do Curso de Graduação – Licenciatura em Ciências Humanas / História - UFMA

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma discussão sobre a viabilidade das políticas curriculares de gênero para o Ensino Fundamental Anos Finais entre os anos de 2015 a 2020. Trata-se de uma investigação que teve como ponto de partida uma pesquisa realizada em cinco escolas municipais em Codó-Maranhão. A proposta da pesquisa, versou: Identificar em que medida as políticas curriculares de gênero são encaminhadas nos Projetos Políticos Pedagógicos para o Ensino Fundamental Anos Finais? Então, no percurso da pesquisa de iniciação científica, foi se constituindo o entendimento da importância de compreender como o tema gênero pode estar inserido nos currículos escolares para o Ensino Fundamental.

O objetivo de realização da pesquisa foi evidenciar a importância da inclusão das questões de gênero no currículo escolar, uma vez que a inclusão dessa temática em espaços de formação pode contribuir para o processo de objeção de discriminações e preconceitos vivenciados por alunas no espaço escolar e fora dele.

Além do que, pode consolidar a desnaturalização de comportamentos segregacionistas e estereotipados para as mulheres. Então, em fase desses argumentos sobre a pertinência da realização da pesquisa e, considerando os debates recentes sobre as questões de gênero no âmbito da educação escolar, observa-se a pertinência em contribuir com a discussão e estímulo para o entendimento da necessidade de viabilizar nos Projetos Político Pedagógicos das escolas de Ensino Fundamental, o debate da igualdade de gênero, pois, entende-se que a intervenção dessa discussão na educação escolar, pode ser um caminho profícuo para construção de uma sociedade de pessoas com a compreensão da importância de igualdades de gênero, raça e classes.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O pressuposto para o questionamento da pesquisa decorreu da forma como as políticas educacionais, como eixo condutor da ideologia dominante, se materializam nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. Este é o caminho que essa investigação tomou, a fim de contribuir com a ampliação do debate sobre a relação gênero e educação.

Dessa forma, para dar conta desta proposta de análise, sem a intenções de esgotar as nuances da problemática apresentada, este texto inicialmente analisa o lugar do debate de gênero e educação em propostas curriculares para o Ensino Fundamental, considerando sua pertinência em tempos de retrocessos, bem como projetos em disputa. Em seguida, aborda como as questões de gênero se comportam nas propostas curriculares analisadas no percurso da pesquisa e levanta a importância do debate nas propostas curriculares para o Ensino Fundamental.

2 GÊNERO E EDUCAÇÃO: A PERTINÊNCIA DO DEBATE EM PROPOSTAS CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, houve, em certa medida, uma abertura para as intervenções com políticas no campo dos direitos humanos. A Constituição Federal de 1988, que resultou de correlações de forças, registra uma demarcação no que diz respeito à democratização dos direitos sociais, ainda que em uma democracia representativa, mas, “escuta-se” as vozes dos movimentos sociais na medida em que inclui pautas reivindicadas por esses movimentos para a necessidade de políticas de inclusão para as mulheres, políticas de igualdades raciais e em direitos humanos (BRASIL, 1988).

Os movimentos feministas dos anos de 1980 foram essenciais para que as políticas públicas para as mulheres fossem contempladas em diversos campos, como por exemplo, políticas no mundo do trabalho, violência de gênero, mulher negra, sexualidade e políticas no campo da educação. Cláudia Vianna; Sandra Unbehaum (2004), quando examinam as políticas públicas de gênero em leis, planos e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

programas no âmbito federal entre o final dos anos de 1980 e início dos anos 2000, consideraram que houve uma expressividade na incorporação de gênero nas políticas públicas de educação. Contudo, não deixam de mencionar a falta de radicalidade quanto às demandas de gênero nos documentos, e exemplar o PNE/01, que mesmo fazendo referências às questões de gênero ficam no debate geral. Dessa forma, a ausência de objetividade pode velar a necessidade dos debates no cotidiano escolar.

Assim, referenciam, Cláudia Vianna; Sandra Unbehaum (2004):

A compreensão das relações de gênero pela escola corre o risco de permanecer velada, uma vez que as políticas públicas não as mencionam e, quando o fazem, não exploram em todos os temas e itens curriculares os antagonismos de gênero presentes na organização do ensino e no cotidiano escolar.

A escola, é um lugar privilegiado para a promoção desse debate, uns dos argumentos para essa afirmativa é que na escola existe uma multiplicidade de culturas, uma pluralidade de identidades, além do que é espaço de formação. Assim, é importante que nesse espaço se encaminhe uma educação problematizadora, que se abra o debate em que se possa questionar as relações de poder, as opressões e exclusões. Mas, a despeito das lutas dos movimentos de mulheres por direitos e igualdades, no campo da educação, o que se constatou nos últimos anos, foram ataques incisivos às conquistas já realizadas. Diante do exposto se retoma o argumento da importância de trazer esse debate para o currículo escolar, uma vez que em fase dos ataques às conquistas realizadas no campo das políticas públicas curriculares para a educação e gênero, ainda que algumas tenham se transformado em “letras mortas”, é imprescindível garantir o espaço para esse debate nos currículos, inclusive, para prevenção das violências domésticas.

A militância para essa permanência é pertinente haja vista que as vozes das/os defensoras/es da Igualdade de Gênero, ecoaram no processo de discussão das Bases Nacionais Comuns Curriculares – BNCC, com a atuação do conjunto de professoras/es no sentido de garantir o debate de gênero nesse referencial curricular

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em que os/as alunos/as da educação básica devem ter acesso aos fundamentos a serem passados nas áreas dos conhecimentos, bem como orienta na formulação do Projeto Político-Pedagógico das escolas. Então, garantir o debate de gênero no currículo escolar é uma estratégia para que se dê limites a esses programas que atacam o direito ao debate de gênero, sobretudo, em tempo de militarização nas escolas. A discussão de gênero é uma das formas de enfrentamento contra a discriminação de meninas, mulheres negras e da população LGBTQI+. Assim, é importante enfrentar posturas moral e fascista em espaços públicos, e a escola é um desses espaços. Ter liberdade de ensinar a aprender, direito à educação de qualidade é uma conquista importante e imprescindível para que se construa uma sociedade com mais igualdades.

Seguindo essa análise, reafirma-se:

E este momento pode também propiciar o aprofundamento da relação entre a luta das classes trabalhadoras e a luta pela diversidade sexual e de gênero, de modo a construir uma nova cultura política que potencialize a articulação prática e teórica entre elas (TOITIO, 2019, P.37).

Em sociedades segregacionistas, práticas estereotipadas, bem como brincadeiras veladas imbuídas de preconceito, evidenciam padrões de comportamentos diferentes para as meninas e meninos de formas a reproduzir comportamentos normalizadores de identidades de gênero. Tal situação desencadeou a compreensão da necessidade iminente de se desenvolver um trabalho no campo das igualdades de gênero no Ensino Fundamental. Assim, é pertinente lembrar que o direito à educação para igualdade de gênero, raça e sexualidade tem base legal na Constituição Brasileira (1988).

Entende-se que o campo educacional é um lugar estratégico para se oportunizar esse debate, pela diversidade de culturas nesse espaço pode-se garantir o enfrentamento de preconceitos e discriminações. A escola é um dos espaços que têm a responsabilidade de garantir esse debate, então, na medida em que o currículo

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



inclui esse debate, contribui com políticas de igualdade no campo da educação escolar. Assim, é relevante considerar a importância do currículo escolar contemplar essa temática, uma vez que sua realização no espaço escolar pode articular uma experiência fundamental para que esse debate possa ser socialmente problematizado, construído e compreendido desde cedo pelo conjunto de alunas/os do Ensino Fundamental.

À GUIA DA DISCUSSÃO DE GÊNERO NAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DAS ESCOLAS CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa adotou um percurso em levantamento documental e em referenciais bibliográficos que têm contribuído com os estudos de gênero na educação e nas políticas curriculares.

Então, em posse do material selecionado, realizou-se uma análise crítica do mesmo, construindo diálogos entre as questões norteadoras, os objetivos da investigação, os fundamentos teóricos e o campo da pesquisa.

Buscou-se conhecer e analisar quais são as políticas de gênero elaboradas pelas escolas nos Projetos Políticos Pedagógicos.

Os primeiros passos aconteceram com visitas à Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEMECTI para apresentar os objetivos da pesquisa. Na ocasião se esclareceu que nossa intenção era realizar um levantamento dos documentos referentes aos programas e projetos curriculares para o Ensino Fundamental Anos Finais elaborados no período de 2015-2020.

No primeiro contato cuja intenção foi viabilizar a possível disponibilização da Projeto Político Pedagógico elaborado pela Secretaria para as escolas municipais, obteve-se a informação de que a escola é quem elabora sua proposta pedagógica, bem como para se ter acesso às referidas propostas, seria necessário enviar uma carta de solicitação para SEMECTI, para daí se conseguir autorização para acesso aos projetos das escolas. Então, encaminhou uma solicitação para secretaria, via e-mail.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Diante desse encaminhamento, teve-se acesso aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas, e do universo da pesquisa, então, optou-se por cinco escolas com maior número de alunos/as. Também, teve-se acesso aos programas educacionais desenvolvidos pela secretaria no período de 2015-2020.

Ressalta-se que para se preservar a identidade das escolas campo de pesquisa, não as identificamos nominalmente, apenas se faz referências ao universo pesquisado.

No que se refere aos projetos e programas curriculares elaborados pelo Município para sua Rede de ensino, houve grande dificuldade de acesso aos referidos documentos, pois a informação que se teve foi que os mesmos eram pertencentes a gestão anterior e a atual gestão não têm acesso aos mesmos. Então, contactou-se com alguns colaboradores/as e gestores/as em busca de documentos para análises, após afincos na busca insistente, teve-se acesso apenas a alguns “slide” que contemplavam as principais propostas para as escolas municipais na atual gestão.

Após levantamento e análise do material de pesquisa, partiu-se para verificação dos resultados, momento em que se constatou que no universo pesquisado, tem uma escola que sua proposta pedagógica ainda está em construção, as demais já têm proposta elaborada. Observou-se que a indicação da importância de uma educação inclusiva está presente nas propostas pedagógicas analisadas, contudo, essa inclusão não relaciona com as questões de gênero, ainda que tem escola que trouxe a questão da diversidade cultural e igualdade de direitos, inclusive do respeito a diversidade como uma das funções sociais da escola, mas, não se identificou referências às questões de gênero.

Destaca-se que algo que chamou nossa atenção na ocasião da análise de uma das propostas pedagógicas, foi a linguagem inclusiva, mas, em nenhum momento essa linguagem dá passagem a referência para a necessidade da abordagem das questões de gênero nas atividades escolares.

Diante das análises, observou-se que os PPP possuem em comum a falta de propostas reais que incluam as questões de gênero na escola, ainda que

PROMOÇÃO



encontramos pouca menção sobre a importância da abordagem dos temas transversais como sexualidade, relações de classe e raça.

No material que se teve acesso, bem como o Plano Municipal de educação-PME de Codó, Lei Nº 1.727, DE 23 de junho de 2015, traz em seu Art.2º - III, “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Entretanto, não havia menção ao debate de gênero nos objetivos ou metas a serem alcançadas. Há então um sinal de alerta para aprofundar-se a pesquisa no que concerne às práticas desenvolvidas dentro das escolas, pois não há educação neutra ou desassociada da realidade social na qual estamos todos/as inseridos/as, correndo então o risco de se tornar um ambiente produtivista das desigualdades sociais e de manutenção do sistema repressor/opressor.

CONCLUSÕES

Os Projetos Políticos Pedagógicos, assim como o material que se teve acesso, como o Plano Municipal de Educação de Codó, propiciou a construção do entendimento de como está articulada a educação municipal em se tratando dos marcos referenciais e, as informações encontradas nos PPPs foram importantes para oferecer a base de avaliação de como está articulado o debate da igualdade de gênero nas escolas em que se realizou a pesquisa.

A partir dos documentos analisados, inclusive a ausência de propostas curriculares por parte do município que incluam as questões de gênero em seus projetos mais amplos, nos mostram que o percurso de inclusão de tais temáticas ainda precisa trilhar um longo caminho para se estabelecer como prática nas escolas municipais, no Ensino Fundamental.

Como analisa Flavia Biroli (2018, p. 150):

A valorização das diferenças, que é um ponto fundamental nos desafios colocados pelas teorias e pela militância feminista, corresponde à exigência de normas que garantam o respeito e mesmo espaços e recursos para afirmação das identidades dos indivíduos.

É importante lembrar que o país enfrenta uma grande onda de desinformação, crise política e econômica e os direitos, incluindo das mulheres, mesmo os que foram conquistados com bastante enfrentamentos via movimentos sociais, são ameaçados. De acordo França (2019), há uma explicação para essa tendência de supressão dos direitos das políticas para o debate de gênero:

No Brasil, a suposta “ideologia de gênero” circula entre ativistas, grupos e políticas católicas e evangélicas como um signifiante capaz de aglutinar posturas conservadoras em relação a gênero e a sexualidade. Os primeiros anos desta década marcam a sua aparição no debate público nacional na articulação contra as diretrizes relacionadas a gênero e sexualidade nos planos de educação nos seus diferentes níveis. A exigência era a supressão das categorias gênero e orientação sexual, e, com ela, de políticas voltadas ao tema nas escolas de todo o Brasil (FRANÇA, 2019, p.47-48).

De acordo com as análises realizadas nos referenciais curriculares das escolas que constituíram escopo da pesquisa, procurou-se identificar as políticas públicas de gênero nos projetos políticos das escolas.

Vale ressaltar que no decorrer desta pesquisa identificou-se de uma forma geral a escassez do tema gênero nos documentos. Diante disso, chegou-se ao entendimento que é preocupante a falta desta temática nas propostas curriculares e nos programas educacionais.

Portanto, deixa-se aqui o nosso alerta para a falta deste tema de suma importância e que precisa estar em pauta a necessidade de uma política curricular para além da educação tradicional, mas que possam viabilizar uma perspectiva emancipatória de educação, que garanta políticas de igualdade.

Entende-se que a escola pode se tornar um lugar estratégico para se operacionalizar esse debate, por conta do entrelaçamento de culturas nesse espaço pode-se garantir o enfrentamento de preconceitos e discriminações. Reafirma-se o que a escola é um lugar que tem a função social de garantir o debate das igualdades, então, na medida em que o currículo inclui esse debate, contribui com políticas de igualdades no campo da educação escolar.

Mas, reafirma-se (CLAUDIA VIANNA; SANDRA UNBEHAUM, 2004, p. 101).

A compreensão das relações de gênero pela escola corre o risco de permanecer velada, uma vez que as políticas públicas não as mencionam e,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



quando o fazem, não exploram em todos os temas e itens curriculares os antagonismos de gênero presentes na organização do ensino e no cotidiano escolar.

Assim, é importante considerar a necessidade do currículo escolar contemplar essa temática, uma vez que sua realização no espaço escolar pode articular uma experiência fundamental para que esse debate possa ser socialmente problematizado, construído e compreendido desde cedo pelo conjunto de alunas/os do Ensino Fundamental.

Diante do exposto, conclui-se que os objetivos propostos na investigação, ou seja, analisar em que medida as questões de gênero estão presentes nas políticas curriculares - PPP- para o Ensino Fundamental Anos Finais de escolas em Codó - MA (2015 – 2020), foram alcançados. Bem como a oportunidade de dialogar com referências bibliográficas que abordam as relações de gênero na escola, o que para nossa formação é um considerável avanço.

Ressalta-se que ao não evidenciar as questões relacionadas a gênero nos PPP das escolas pesquisadas, ressalta em desafios na medida em que pode se constituir no desdobramento de aguçar a necessidade de se estabelecer uma educação inclusiva que leva em consideração a igualdade de gênero e a diversidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade: limites da democracia no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 dez. 2022.

CODÓ, Prefeitura Municipal de Codó. **Plano Municipal de educação de Codó**. Codó, 2015. Disponível em: <https://www.codo.ma.gov.br/>. Acesso em: 22/03/2022.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FRANÇA, Isadora. **Gênero e sexualidade**: ascensão conservadora e fantasias masculinas de poder no Brasil. Margem Esquerda. Revista da Boitempo – São Paulo, n. 33. out.2019.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PROMOÇÃO



APOIO

